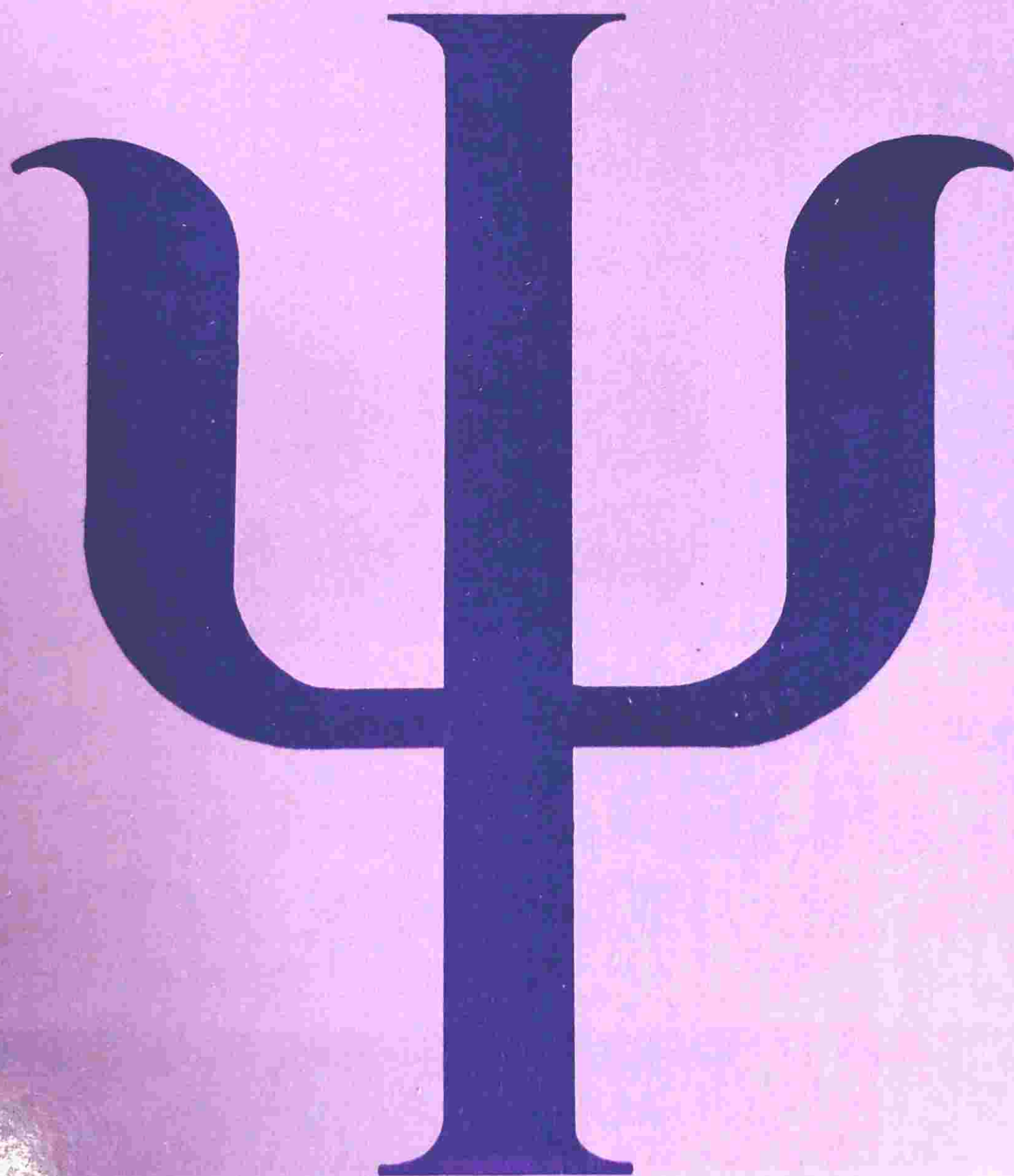


BOLETIM DE

Vol. XXXIV Jan. — Dez. 1982, n. 82 — 83

Psicologia

REVISTA DA SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO.



O PAPEL SOCIAL E A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: CONTRIBUIÇÃO PARA UM DEBATE NECESSÁRIO *

Maria Helena S. Patto
Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo

RESUMO. A partir da análise da teoria da carência cultural, é formulada uma questão que norteia o desenvolvimento de todo o artigo: por que os psicólogos não percebem como tal uma prática profissional basicamente conservadora? O exame dos currículos dos cursos de Psicologia evidencia a ausência de uma formação filosófica e sociológica, compatível com a aquisição de um instrumental teórico-conceitual, que lhes possibilite agir como verdadeiros cientistas e que os reduza à condição de veículos de um fazer destituído de pensar.

ABSTRACT. Stemming from an analysis of cultural deprivation theory, a question is proposed, central to the development of the present paper: why is it that psychologists do not perceive a basically conservative practice as such? An examination of academic requirements in schools of Psychology shows a lack of any training in either Philosophy or Sociology compatible to the acquiring of a set of conceptual-theoretical tools needed by psychologists if they are to act as true scientists. Such lack also reduces them to the state of carriers of an action devoid of thought.

Análise de um caso: a teoria da carência cultural

A década de sessenta assistiu ao surgimento de uma área de estudos da Psicologia que rapidamente se consolidou e se disseminou: o exame do desenvolvimento psicológico e do desempenho pedagógico de indivíduos pauperizados, subempregados e desempregados em sociedades capitalistas ocidentais.

O cenário de origem da teoria da carência cultural é a sociedade norte-americana dos anos sessenta, na qual o contingente mais aviltado da população toma consciência de sua condição de excluído e passa a reivindicar a igualdade de direitos e de oportunidades, lema, afinal de contas, do ideário liberal que preside à vi-

* Aula inaugural proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em março de 1982.

são de mundo vigente nesta sociedade. A teoria da carência cultural surge exatamente como resposta oficial a este clamor.

As minorias raciais insatisfeitas foram designadas como “dinamites sociais” que urgia apagar para que o progresso se desse dentro da ordem. Tanto quanto a “desordem”, a injustiça repugna às consciências liberais, imbuídas que estão da viabilidade da liberdade, da igualdade e da fraternidade numa sociedade de classes. Era preciso fazer alguma coisa para que a injustiça fosse abolida e se corrigisse o injusto curso que a história tomara, supostamente por motivos alheios à vontade e à ação dos homens. Era preciso reinstaurar, na vida cotidiana, a crença na igualdade, sem a qual a sociedade norte-americana seria ferida mortalmente em suas bases ideológicas.

Ao aparato repressivo coube parte da tarefa: muitos se lembram das mortes e prisões dos líderes negros; aos cientistas do humano coube a outra parte: através de sua ação profissional reinstaurou-se a ordem via reestabelecimento da promessa de igualdade, sem que ocorressem mudanças sociais estruturais.

Quando rastreamos o caminho percorrido pelo Estado norte-americano na busca da solução para a questão da desigualdade social, trazida à tona pelos movimentos reivindicatórios de grupos raciais explorados e oprimidos, fica patente que às instituições educacionais formais e informais foi atribuído o principal papel, devidamente assessoradas por especialistas psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, médicos e sociólogos. A alguns destes, teóricos da educação e do desenvolvimento humano, coube a tarefa de desenvolver, nos bastidores, a caracterização dos personagens, o enredo, as falas, a marcação, a direção. Ao Estado coube, na maioria dos casos, a produção e a grande encenação da educação compensatória desenrolou-se durante, pelo menos, duas décadas. Aqui, faz-se necessário um parêntese: os cientistas que se dedicaram a esta missão o fizeram imbuídos da maior seriedade, da melhor das intenções, do maior de seus esforços e de muita dedicação. Afinal, a ideologia não se sabe ideologia.

* * *

Na tentativa de responder às questões que a situação colocava — por que existe a pobreza e como extingui-la — foram produzidas algumas das versões mais influentes da teoria da carência cultural. Entre elas, a mais difundida poderia ser assim resumida: o pobre não tem condições pessoais para se inserir produtivamente na sociedade e, por isso, é pobre; seu fracasso escolar e ocupacional decorre de deficiências presentes em seu desenvolvimento psicológico, tal como o demonstram os instrumentos de observação e de medida tradicionalmente usados pela Psicologia. As causas destas deficiências, por sua vez, encontram-se no ambiente doméstico, tido pelos pesquisadores como inadequado à promoção do desenvolvimento cognitivo, intelectual e emocional. A circularidade desse raciocínio é evidente: em última instância, afirma-se que o pobre é pobre porque é pobre.

Num primeiro momento, portanto, a pobreza foi considerada como um caso de privação ou carência de estímulos cognitivos, de falta de exposição à estimulação benéfica, de falta de um padrão no mundo de experiências, de inadequação das contingências de reforçamento, de falta de estimulação adequada em momentos críticos do desenvolvimento infantil. Os adeptos deste modelo de “desnutrição ambiental” (como J. C. McV. Hunt, D. Ausubel, S. Bijou, por exemplo) evocam, constantemente, os ensinamentos de Piaget, Hebb e Skinner para fundamentar suas afirmações e a comparação entre o ambiente social das classes oprimidas e os ambientes de privação conduzidos com animais em laboratórios tornou-se comum. Resta saber até que ponto válida.

Nesta literatura, tudo se passa como a existência de milhões de indivíduos vivendo em condições incompatíveis com a sobrevivência ou em condições de vida degradantes fosse tão natural quanto a chuva, o vento e o fenômeno das marés. A referência à gênese social da pobreza, mesmo que em termos funcionalistas, quase sempre está ausente ou é formulada em termos precários. De outro lado, a cultura popular costuma ser considerada, na melhor das hipóteses, como arremedo grosseiro da chamada cultura erudita.

No entanto, concluir que a menção a determinantes socioculturais da pobreza está ausente da teoria da carência cultural não seria correto. Em algumas de suas versões posteriores, eles se fazem presentes nos termos fornecidos pela clássica antropologia cultural. Nestes casos, a discussão se desenrola no âmbito do modelo da disparidade cultural entre grupos étnicos dominantes, porque majoritários ou mais civilizados e grupos étnicos dominados, porque minoritários ou mais “primitivos”. A dominação fica, assim, reduzida a uma questão numérica ou de embaite entre culturas tidas como mais civilizadas ou adiantadas e culturas mais primitivas ou atrasadas. Quando os determinantes econômicos são mencionados, o quadro geral não muda muito: a privação geralmente é explicada como resultado da competição por recursos escassos, como falta de recursos extensíveis a todos.

O que queremos ressaltar é que, quer a questão seja concebida como um problema de falta de estimulação, quer como resultado de diferenças culturais, quer como falta de recursos econômicos, o remédio prescrito acaba sendo um só: para que se reestabeçam as condições perdidas de igualdade, é preciso dar aos desafortunados condições psicológicas necessárias à sua integração na sociedade, da qual supostamente se encontram à margem. Assim sendo, o máximo que podemos fazer por eles é resgatá-los de sua incompetência, doando-lhes a sabedoria que naturalmente possuímos.

Esta doação tem sido feita através de programas assistenciais de promoção social e de programas educacionais, entre os quais destacam-se os programas de educação compensatória, em especial da ampliação da rede de ensino pré-escolar, como se, tendo a escola primária falhado em sua missão de dar a todos oportunidades sociais iguais, coubesse à escola pré-primária a responsabilidade de reestabelecer o ideal mais caro ao liberalismo (Malta Campos. 1979).

É mergulhada nesses pressupostos que se desenvolve a ação dos psicólogos na rede de ensino público, nas secretarias de Promoção e Bem-Estar Social. Nos Estados Unidos, após cerca de vinte anos de tentativas, estas medidas não conseguiram atingir os objetivos definidos pelos especialistas, mas certamente, seu efeito mais positivo, do ponto de vista dos interesses das classes dominantes, tenha sido a desativação, pelo menos temporária, da dinamite. Certamente, os destinatários destes programas não saíram ilesos da experiência vivida, mas não conhecemos estes resultados, pois quando o aprendiz não aprende o que se espera, é de praxe concluir que ele nada aprendeu.

No Brasil, a teoria da deficiência cultural foi plantada, floresceu e se encontra em plena safra: a crença na redenção do oprimido através da promoção social e da escola aí está e com ela, nós, psicólogos.

Por que os psicólogos se equivocam? Por que, apesar de suas intenções transformadoras, desenvolvem uma ação social conservadora, acreditando-a transformadora?

Filosofia, Ciência e Psicologia: notas para um estudo

As raízes deste equívoco, certamente, podem ser buscadas na própria constituição e evolução da Psicologia como Ciência, bem como na formação dos psicólogos, enquanto membros de uma classe social e enquanto profissionais especialistas, em condições historicamente determinadas.

Qual a natureza da Psicologia? Que concepção de Ciência norteia seu nascimento e seu desenvolvimento? A reflexão crítica sobre a cientificidade da Psicologia e sobre o próprio conceito de Ciência só é possível no âmbito da Epistemologia. É somente através da atividade filosófica que as questões relativas à realidade, e como conhecê-la, podem ser discutidas. No entanto, ao nascer, a Psicologia declarou a Filosofia dispensável e mergulhou na existência positiva, declarando ficção seu núcleo oculto, interno, essencial. É verdade que Marx também se insurgiu contra a Filosofia e procede à sua crítica radical, mas é preciso lembrar que a Filosofia da Totalidade contém a superação dos sistemas filosóficos que magcaram a realidade humana, ao invés de desvelá-la, que instalam o primado do pensar que se opõe ao fazer, que querem entender o mundo dos homens lançando mão de entidades abstratas que se situam acima e além dos homens; no entanto, a Filosofia, enquanto dimensão específica da atividade humana, enquanto atividade humana indispensável, enquanto esforço sistemático e crítico que visa captar a essência dos fenômenos, sua estrutura oculta, o modo de ser do existente, sem perder de vista a realidade humano-social, enquanto totalidade histórica e concreta¹ constitui o cerne da filosofia da praxis.

1. O concreto não é o empírico, confusão que talvez se encontre na base do pensamento de Politzer e do desenvolvimento da Psicologia soviética.

Por que a Filosofia é uma atividade humana indispensável? Por que a humanidade, em sua evolução, configurou a Ciência e a Filosofia enquanto atividades peculiares e em íntima relação?² Por que é através delas que o conhecimento se torna possível, conhecimento aqui entendido como apreensão da essência da coisa (como *saber*) em contraposição à apreensão da maneira como a coisa aparece ao homem, inserido num cotidiano, que lhe veda a apreensão da realidade (e, portanto, o conhecimento que é pseudo-conhecimento, que é *representação* da realidade).

Esta distinção não dicotômica entre aparência e essência — esta última entendida aqui não no sentido substancialista do termo, mas como sinônimo da estrutura oculta da coisa, cuja apreensão possibilita conhecê-la — entre a representação da coisa (decorrente da experiência imediata com ela no mundo cotidiano) e o seu conceito, entre a forma fenomênica da coisa e sua existência real pode parecer estranha à primeira vista, mas se torna compreensível quando percebemos que nela se encontra a própria justificativa da existência da Filosofia e da Ciência. Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a Ciência e a Filosofia seriam inúteis, pois o conhecimento da realidade nos seria dado imediatamente pelo próprio contato imediato com o mundo utilitário de todos os dias.

Exatamente porque o mundo das aparências e o mundo da realidade não coincidem é que o homem, para conhecer, precisa realizar um esforço, um desvio, concretizados na atividade do filósofo e do cientista (ou do filósofo-cientista?).

A análise do discurso da Psicologia, tal como se manifesta, por exemplo, na teoria da carência cultural, sugere-nos que o psicólogo se move na esfera das formas fenomênicas ou aparentes da realidade e toma, equivocadamente, a aparência pela essência, a representação pelo conceito, instalando, assim, o mundo da pseudociência que proclama científica, a sistematização doutrinária das representações. Aparentemente, existe o homem, de um lado, e a sociedade de outro; aparentemente, a segunda desenvolve-se independente do primeiro e o determina; quando trata da *realidade humano-social*, a Psicologia cai na rede da ilusão e a dicotomiza, e dicotomizando-a afasta-se do caminho que possibilita conhecê-la.

Talvez aí esteja o motivo pelo qual determinadas formulações sobre a realidade, tidas como científicas — e o esclarecimento da desigualdade social, em termos de ambientes estimuladores e não estimuladores, é um bom exemplo deste tipo de formulação — encontrem tamanha ressonância entre os especialistas; elas coincidem com as opiniões e estereótipos vigentes, na medida em que nada mais fazem do que *sistematizar o senso comum*.

Kosik nos ensina que o óbvio é gerado pelos indivíduos no mundo, enquanto campo no qual exercem suas atividades prático-utilitárias, que a praxis utilitária

2. Em Kosik (1969) encontramos um excelente roteiro para o exame destas questões fundamentais. Por isso, a partir daqui, seu texto foi usado livremente e, sempre que necessário, suas idéias foram resumidas ou reproduzidas quase que literalmente em algumas passagens.

imediate num mundo compartimentalizado e o senso comum a ela correspondente dão ao homem condições de orientar-se nesse mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporciona a compreensão das coisas e da realidade. Trata-se da *praxis* humana fragmentária, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes, na hierarquia das posições sociais.

A Ciência não é a sistematização do óbvio, pois a obviedade não coincide com a clareza da coisa em si. Ao contrário, ela é a falta de clareza da representação da coisa, diz Kosik. Ecléa Bosi (1976) formula a mesma idéia com outras palavras: "O mundo é opaco para a consciência ingênua que se detém nas primeiras camadas do real". O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias (Kosik). Por isso, o conhecimento tem início pela resistência ao senso comum e aos estereótipos. A Ciência tem início com a impugnação da versão corrente sobre a coisa que pretende conhecer, com a invalidação da ideologia.

O método científico é o meio pelo qual se pode decifrar os fatos, revelar-lhe a estrutura oculta. O caráter fundamental do trabalho científico consiste em distinguir (mas não dicotomizar, como veremos adiante) o real do aparente — a própria existência da Ciência depende da possibilidade desta distinção. A Ciência revela que o Sol não gira ao redor da Terra, quando todos os nossos sentidos e a nossa experiência cotidiana dizem que sim. A ciência revela que o salário não paga o trabalho, que, sob um mundo social de aparente igualdade, reciprocidade, integração e racionalidade, existe um mundo de desigualdade, de exploração, de dominação, de contradição, de irracionalidade. A Ciência contraria o senso comum.

Principalmente quando quer dar conta de fenômenos sociais, a Psicologia tem apelado para o senso comum. Por achar desnecessário o contato com o conhecimento gerado por outras Ciências Humanas — já que elas tratam da "sociedade", enquanto a Psicologia se volta para o "indivíduo" — é que a Psicologia continua a não apreender que o que parece natural é social, que o que parece ahistórico é histórico. O conhecimento sociológico, fundado no princípio da contradição, se consultado, poderia informar aos psicólogos que a população que a Psicologia chama de "carente cultural" é a população cujo trabalho tornou-se desnecessário, é a população que sobra num modo de produção altamente poupador e explorador de mão-de-obra, é a população que, embora à margem da produção, não está à margem da sociedade e nela se insere de um modo peculiar e necessário à sua manutenção. Por não tomar conhecimento desta verdade revelada pela Sociologia, em sua versão materialista histórica, é que o psicólogo se propõe a encontrar para a população que sobra o caminho da ascensão social, através da escolarização em seus moldes tradicionais.

Além de deixar de lado as demais Ciências Humanas, como se fossem "um outro departamento", a postura da Psicologia, frente à Filosofia, também tem-se caracterizado pela desconsideração. A formação do psicólogo tem se dado num contexto predominantemente positivista, sem que lhe sejam dados elementos que realmente lhe permitam conhecer a concepção positivista de Ciência e refletir cri-

ticamente sobre ela. Quantos de nós, positivistas por um ato de fé, seríamos capazes de justificar epistemologicamente nossa posição ?

Entre as tendências filosóficas fundamentais, ou modos de pensar a realidade social, o positivismo e o materialismo dialético, sua elaboração, seu exame e seu confronto, têm constituído uma das atividades mais definidoras da Filosofia contemporânea. E positivismo e materialismo dialético respondem diferentemente às duas perguntas que se encontram na base de todas as Ciências: o que é a realidade e como conhecê-la ?

Kosik reconhece que o positivismo moderno certamente desempenhou um papel desmistificador, na medida em que trouxe a eliminação, no campo da Filosofia, dos resíduos da concepção teológica da realidade. Mas, se pergunta, será que nesta limpeza não reduziu toda a realidade à realidade física ? Ao isolar, a partir de um mundo complexo e em movimento, determinadas zonas, determinadas partes deste todo, não terá ele feito destas partes isoladas e congeladas as únicas autênticas, suprimindo o restante como pura subjetividade ? Afirmam os opositores desta modalidade de apreensão da realidade que o mundo físico é apenas uma das possíveis imagens do mundo e que a realidade não se esgota na imagem física do mundo. Se isto for verdade, a imagem fisicalista do positivismo empobreceu o mundo humano e deformou a realidade, ao reduzi-la a uma única dimensão: a dimensão da extensão, das relações quantitativas. Mais do que deformá-la, dividiu-a; de um lado o mundo da quantidade, da mensuração; de outro, o mundo cotidiano do homem, declarado ficção.

Poder-se-ia argumentar, e com razão, que a decomposição é um elemento constitutivo do conhecimento, que *sem decomposição não há conhecimento*. Mas como processar esta decomposição sem que o cientista pare no meio do caminho do conhecimento, ou perca de vista o todo, do qual partiu ? Quais as relações entre as partes e entre estas e o todo, no processo de conhecimento ? A divisão que o positivismo impõe ao seu objeto de conhecimento, o modo como esta divisão se dá em sua metodologia, permite a elaboração de um saber sobre o homem ?

* * *

A concepção materialista dialética da realidade humano-social e de como apreendê-la constitui um modo de pensar que, ao invés de simplesmente recusar o modo positivista, supera-o, ao examiná-lo pela raiz. A realidade social, aqui, é concebida como uma totalidade concreta e dialética, *produto da atividade humana*. Nas palavras de Kosik, é um todo que possui sua própria estrutura (e portanto não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável e dado de uma vez por todas) e que se autocria (e, portanto, não é gerado por uma instância metafísica, abstrata, e nem é um todo perfeito e acabado em seu conjunto). Trata-se de um mundo no qual as coisas, as relações e os significados são criados pelo homem social que, no processo desta criação, se cria como ser humano. Não um mundo já

realizado, pronto, atemporal, mas uma realidade que se caracteriza pelo movimento, pelo vir-a-ser, pelo devir. Estamos diante de uma concepção de mundo oposta àquela que acredita na ilusão de ótica produzida por uma *praxis* fetichizada num mundo marcado pela compartimentalização, que nos faz ver os produtos dos homens como independentes dos homens, como dotados de existência autônoma e que induz a dicotomias como sujeito-objeto, parte-todo, teoria-praxis, produção-produto, fenômeno-essência, aparência-realidade, como pares constituídos de elementos inconciliáveis.

Para o materialismo dialético, a realidade é a unidade do fenômeno e da essência; um sem o outro se transforma em *abstração*. Fenômeno e essência, aparência e realidade estão unidos por uma relação que cumpre desvendar. É o fenômeno, nesta concepção, ao mesmo tempo revela e esconde a essência; portanto, não se trata de negar a existência do mundo fenomênico como pura ilusão, mas de destruir a sua aparente independência, demonstrando o seu caráter derivado.

O homem, nesta totalidade concreta, é o mesmo tempo criador e criatura. O materialismo dialético devolve ao homem o que revelou ser do homem, ou seja, a criação da realidade social e a criação de si mesmo como homem no transcorrer deste processo.

Também para o materialismo dialético, sem decomposição não há conhecimento. Mas a decomposição que ele opera pretende não cristalizar o real ou estabelecer relações dicotômicas ou hierárquicas entre as partes isoladas e o todo do qual a análise partiu, mas atingir a essência deste todo, sua substância, que para o materialismo dialético é a própria dinâmica da coisa, a sua dialética.

Quando os proponentes do modo dialético de pensar falam de um “método de investigação”, ressaltam a necessidade de começar a análise do todo por uma *cisão*, ponto de partida sempre abstrato, que só atingirá sua concreticidade quando as partes encontrarem o seu lugar dialético na totalidade concreta. É por isso que o materialismo dialético define o processo de conhecimento como a *ascensão* do abstrato ao concreto.

Esta concepção filosófica da realidade e de seu conhecimento também tem seus opositores, entre os quais se destaca Popper, que tenta provar a inviabilidade do conhecimento da totalidade. Kosik (entre muitos outros) questiona os caminhos percorridos por Popper nesta invalidação e demonstra que a totalidade a que Popper se refere não é a mesma a que se refere o materialismo dialético; para este, a *totalidade concreta* não é o conjunto de todos os fatos, e acumular todos os fatos não é conhecer a realidade.

Se a realidade é devir, é movimento, o processo do conhecimento não consiste em romper uma parede atrás da qual se esconde uma realidade oculta e acabada e que independe da atividade do homem, atrás da qual se esconde a Verdade Absoluta e definitiva sobre o mundo e o homem, ou sobre o homem no mundo.

A verdade, no contexto da Filosofia da Totalidade, da Filosofia da praxis, da Filosofia materialista dialética não é nem inatingível nem alcançável de uma vez por todas. Ela se faz, se desenvolve, se realiza. O mundo da realidade é um processo no curso do qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade; o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada, não está pronta e imutável na consciência humana: é o mundo em que, nas palavras de Kosik, a verdade devém.

O modo materialista dialético de pensar a realidade não se quer um método ou um modelo, mas seguramente propõe uma postura frente ao mundo e ao seu conhecimento que se afigura a única compatível com a sua natureza; uma realidade dialética só pode ser apreendida em sua integridade dialeticamente.

Concordo com a Ecléa Bosi quando diz que esta atitude frente ao mundo não é uma técnica, é uma conversão. Acrescento que se trata de uma conversão difícil, em constante devir, que jamais termina; nossa formação lógico-formal desde o berço nos arma ciladas a cada passo. É preciso ter consciência desta limitação, sem a qual começaremos a cometer o engano, já presente na Psicologia, de nos dizermos materialistas dialéticos, quando na verdade não o somos.

* * *

Se a destruição da pseudoconcreticidade começa com a resistência à visão de mundo que nos é imposta, se somente sabendo que o mundo em que vivemos é produzido por nós é que podemos transformá-lo, é preciso que o cientista, num momento de astúcia, desconfiança, luta e criação resgate sua condição de sujeito do conhecimento. O psicólogo tem sido objeto de sua Psicologia, relaciona-se com sua Ciência (ou pseudociência) como se ela fosse uma entidade autônoma, acima e independente dele, tornando-se mero porta-voz de uma abstração. Com isso, sua atividade como cientista acaba se revestindo de um caráter meramente técnico, no mau sentido que este termo assume na sociedade da divisão entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual. Enquanto mero veículo de uma Ciência que não domina, sua praxis é uma eterna reiteração, como o atesta o volume de publicações inúteis enquanto comprovação teórica e inócua na transformação da Psicologia. O clima dos *Reviews*, dos *Journals* e congêneres é de uma enfadonha mesmice.

Que a Psicologia dispõe de teorias do homem e de sua atividade no mundo, plantadas no positivismo, é indiscutível, a ponto de podermos indagar se ela não está disputando com a Economia o lugar de a mais positivista das Ciências Humanas. Se Psicologia gerou teorias sobre o homem que possam ser identificadas como materialistas dialéticas não é tão certo. Talvez a Psicanálise, enquanto método de investigação da relação entre o sintoma e sua gênese, entre o comportamento aparente e seu substrato oculto, enquanto concepção da relação terapeuta-paciente, seja um modo dialético de pensar a realidade inter-subjetiva. Mas será sua concepção de homem e de sociedade uma concepção materialista histórica? Ou ela parte

de uma concepção de natureza humana nuclearmente ahistórica? O mesmo pode ser perguntado em relação à Psicologia existencial-humanista de Rogers e de Maslow, a Piaget, a Wallon e a Reich, entre tantos outros.

Por que, nos cursos de Psicologia, esta tendência filosófica fundamental, considerada por pensadores do valor indiscutível de um Sartre como “a insuperável filosofia de nosso tempo” está ausente, salvo exceções que confirmam a regra? O modo dialético de pensar a realidade nada tem a dar à Psicologia? Será que não estaria nele e somente nele, a possibilidade de superação das eternas dicotomias (indivíduo-sociedade, hereditariedade-meio, eu-outro, cognitivo-afetivo, parte-todo, etc.) entre as quais a Psicologia se debate e se desgasta, há mais de um século? Ou a simples menção a termos como “marxismo”, “materialismo histórico”, provoca em nós uma reação emocional tão forte que nos leva à sua recusa preconceituosa e, portanto, incompatível com o compromisso que temos com o conhecimento? De qualquer forma, sua ausência precisa ser registrada, ao lado do indiscutível primado do positivismo. Mas será este o espírito que deve nortear a ação numa instituição chamada “Universidade”?

A delimitação da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia a um semestre, nos cursos de Psicologia, prova a condição de dispensabilidade a que as relegamos na formação do psicólogo. Porém, sem o instrumental do pensamento crítico, o psicólogo está condenado a ser apropriado pela sua Ciência, em lugar de apropriar-se dela. Suas opções, neste contexto, estão fadadas a serem tomadas, a partir de critérios puramente emocionais, e a se transformarem em radicalismos paralisantes.

Se “a ausência de senso crítico é a sepultura da ciência e da investigação, pois neste caso elas se processam com ingênua segurança num terreno profundamente problemático”, então estamos sepultando a Psicologia, antes mesmo de experimentá-la como Ciência possível de sujeitos históricos reais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, E. A opinião e o estereótipo. *Contexto*, 1976, 2, 97 - 104.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.
- MALTA CAMPOS, M. M. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. *Cadernos de Pesquisa*, 1979, 28, 53 - 59.